

CAPÍTULO 11

Empreendedorismo na França

MICHEL HAU

DURANTE DÉCADAS, HOUE duas escolas de pensamento sobre o desenvolvimento dos negócios da França nos séculos XIX e XX: a dos pessimistas e a dos otimistas. Os pessimistas destacam que o PIB britânico cresceu mais rápido que o francês no século XIX e superou o da França em 50% no começo do século XX. Os otimistas dão mais atenção ao desempenho da produção francesa de pequena escala no setor secundário e afirmam que, embora o caminho da França para a modernidade econômica tenha sido diferente, não foi menos eficiente. Talvez ambos tenham razão: os dados nacionais da França ocultam grandes variações regionais. Em alguns lugares, a Revolução Industrial foi mais rápida e liderada por empregadores dinâmicos, enquanto em outros foi demorada e incompleta. O comportamento dos empregadores de cada lugar constituiu, independentemente do custo das matérias-primas ou da disponibilidade de força de trabalho, uma vantagem para o desenvolvimento industrial de algumas regiões da França. No âmbito nacional, o Estado se esforçou para estimular a industrialização, desde a época de Luís XIV e seu ministro das Finanças, Colbert. Mas existiu também na França, em cada período, uma tradição de empreendedorismo livre que floresce agora, em tempos de concorrência internacional.

A primeira ascensão da indústria francesa (1815-1870)

A França entrou na Revolução Industrial depois do Reino Unido. Foi atrasada pelos distúrbios da Revolução Francesa e das guerras napoleônicas. Mas a Revolução aboliu todas as restrições às guildas, e o Código de Comércio, promulgado em 1807 no governo de Napoleão, criou condições favoráveis ao empreendedorismo. Instituições estatais como as escolas de engenharia, a Académie de Sciences e o Conservatoire National des Arts et Métiers ajudaram a disseminação das inovações tecnológicas. Em 1815, com a volta da paz, o processo de industrialização se acelerou e, na época em que se firmou o acordo franco-britânico de livre-comércio de 1860, a produção industrial francesa correspondia a 40% da britânica. Em 1865, o construtor de locomotivas Eugene Schneider pôde anunciar com orgulho ao Parlamento francês que tinha conseguido vender quinze máquinas à Inglaterra, dizendo que essa fora a “maior alegria” de sua vida. Na mesma época, final da década de 1860, a produção industrial da França tinha sido superada pela da Alemanha e pela dos Estados Unidos, mas permaneceu como a quarta do mundo até aproximadamente 1930.

A falta de grandes empresas

A industrialização francesa ocorreu num contexto de altos preços do carvão e acentuado protecionismo. O carvão era raro, exceto em algumas pequenas bacias no Massif Central e no norte. Uma lei aprovada em 1816 protegia, por meio de proibições ou altas tarifas alfandegárias, a indústria têxtil e a do ferro. A perseguição aos protestantes empreendida por Luís XIV (Lüthy, 1955-61) e os problemas causados pela Revolução (Perrot, 1982; Bonin, 1985; Crouzet, 1989; Aerts e Crouzet, 1990) tinham debilitado o empreendedorismo de forma mais ou menos permanente em muitas partes da França.

As velhas técnicas (ferro fundido produzido com carvão vegetal, fiação manual, moinhos hidráulicos), menos exigentes no que se refere a energia e capital, coexistiram até cerca de 1860 com os mais modernos métodos de produção. As grandes fábricas, como a produtora de vidros Saint-Gobain, eram raras. Só as minas, as vias fluviais, as grandes empresas de ferro e aço e as ferrovias eram financiadas por empresas de responsabilidade limitada, cuja criação dependia de autorização até 1867. O capital das empresas industriais em geral pertencia à família do fundador, e mais tarde passou a ser reunido por autofinanciamento (Lévy-Leboyer, 1974, 1985; Marseille, 2000). A transição da fabriqueta consumidora de pouca energia e usuária de técnicas ainda bastante artesanais para a grande empresa movida a máquinas a vapor com emprego das mais recentes técnicas ocorreu devagar e em ritmos desiguais a depender de cada área. Os produtores franceses fizeram um esforço para compensar sua fragilidade na mecanização com a qualidade estética de seus produtos. Especializaram-se em tecidos de algodão estampado, sedas e artigos suntuários feitos à mão (*articles de Paris*). As faculdades de engenharia davam grande importância ao desenho artístico em seu currículo.

A distribuição geográfica dos centros dinâmicos é significativa. Durante o século XIX, o sudoeste da França permaneceu industrialmente inativo e ancorado numa economia agrícola e artesanal (Armengaud, 1960; Crouzet, 1959; Poussou, 2000). A costa atlântica e a mediterrânea (em especial os portos de Nantes e Bordéus, no Oceano Atlântico) foram muito prejudicadas pelo bloqueio marítimo britânico. Mas depois da guerra, a partir de 1815, a tendência dessas regiões à desindustrialização não cessou (Poussou, 1989; Butel, 1991; Armengaud, 1960). Os industriais empregaram seu dinheiro em terras e em propriedades imobiliárias, que rendiam lucros menores mas menos duvidosos. Em comparação, o desenvolvimento fabril foi bem dinâmico em Paris, Lyons e, a partir do início do século XIX, nas zonas periféricas do norte e leste da França. A fiação mecanizada do algodão se desenvolveu rapidamente no norte (Lille, Roubaix, Tourcoing) e na Alsácia (Toulemonde, 1966; Barbier, 1989; Pouchain, 1998; Daumas, 2004b; Hau, 1987; Stoskopf, 1994; Hau e Stoskopf, 2005). Terminadas as guerras napoleônicas, Nicolas Koechlin e Daniel Dollfus-Mieg, cujas fábricas empregavam milhares de trabalhadores, passaram a exportar tecidos estampados de Mulhouse para o mundo inteiro. Em 1817, Nicolas Schlumberger introduziu em Guebwiller a técnica britânica de produção do fio fino e as máquinas de fiar híbridas. Em 1826, Marc Seguin construiu a linha férrea entre Lyon e Saint-Étienne e, três anos depois, começou a produzir um novo tipo de locomotiva com caldeiras tubulares, em Lyons.

Obstáculos à difusão do empreendedorismo na França no começo do século XIX

No começo do século XIX, diversos fatores exerceram uma influência negativa sobre o desenvolvimento do empreendedorismo: o poder político dos proprietários de terras, a atração que as elites sentiam pela condição aristocrática e por cargos públicos importantes, o conflito entre a Igreja Católica e a Revolução e, por fim, o aumento dos protestos radicais das elites intelectuais e artísticas.

O PESO POLÍTICO DOS PROPRIETÁRIOS DE TERRAS

A Revolução liberou os camponeses do pagamento de tributos de vassalagem, mas não se ocupou da questão da posse da terra agricultável pela classe média urbana. Nas redondezas de Paris e das cidades do sul da França, muitos homens de classe média investiram seu dinheiro no campo. Indicador de posição social e símbolo de segurança, a posse da terra continuou sendo, pelo menos até o último quartel do século XIX, um importante concorrente do investimento industrial. A maior parte dos membros do Parlamento e altos funcionários públicos eram donos de terras, mais conscientes dos problemas agrícolas e mais sensíveis a eles do que às perspectivas abertas pela industrialização. Os debates no Parlamento revelavam obstruções à construção de ferrovias: concessões de longo prazo e garantias de empréstimos eram recusadas pelos congressistas. A liberalização que permitiu a criação de sociedades limitadas teve de esperar até 1867. As elites políticas e administrativas temiam os riscos da especulação ou da dominação financeira pelos grandes empreendimentos. Assim, a comunidade política foi reticente sobre o desenvolvimento da indústria de grande escala e o crescimento de grandes concentrações de trabalhadores. Mas depois de 1852, o regime de Napoleão III tomou medidas mais ousadas e empurrou os círculos políticos relutantes para a modernização (Landes, 1967; Gille, 1959, 1968).

O PRESTÍGIO DA ARISTOCRACIA E DO SERVIÇO PÚBLICO DE ALTO ESCALÃO

Parte da elite empreendedora entendia o empreendimento como forma de fazer fortuna, comprar terras e ingressar na aristocracia. O exemplo mais famoso é o de Auguste-Thomas Pouyer-Quertier, que fundou uma grande fiação de algodão na Normandia. Em 1857 foi eleito deputado do Parlamento francês e, em 1871, tornou-se ministro das Finanças. A partir de então, passou a negligenciar sua firma, que entrou em decadência, e casou suas duas filhas com nobres. Esse comportamento era comum na Normandia, onde as dinastias industriais quase nunca duravam mais de duas gerações (Barjot, 1991).

O serviço público exercia também um forte apelo entre as famílias burguesas. A monarquia francesa estabelecera uma administração hierarquizada, centralizada e polivalente. Depois da Revolução, os funcionários de alto escalão passaram a ser recrutados por concurso, e esse sistema punha em confronto os melhores formandos das escolas secundárias. As famílias burguesas de Paris e das províncias tinham como ponto de honra o ingresso no serviço público de alto escalão, que

antes da Revolução credenciava à nobreza. Essa atração do serviço público sobre os jovens talentosos desviou do universo empreendedor parte da elite. As escolas de engenharia criadas pela monarquia no fim do século XVIII e mais tarde pela República tiveram a missão inicial de capacitar cientificamente e tecnicamente a administração pública e o Exército. Depois disso as coisas começaram a mudar. Com o aumento do número de engenheiros em empresas comerciais, as várias escolas de engenharia, em especial a École Polytechnique, passou a atender cada vez mais às necessidades da indústria.

O CONFLITO ENTRE A IGREJA CATÓLICA E A MODERNIDADE

A França era um país católico. No entanto, o movimento racionalista e depois a Revolução revelaram a dificuldade da Igreja Católica para se adaptar à modernidade. A partir do fim do século XVIII, ocorreu entre muitos católicos uma ruptura brutal com a tradição religiosa: eles tiveram de escolher entre sua fé tradicional e os ideais do Iluminismo. Parte da classe média católica sentiu-se obrigada a desistir da fé ancestral e romper com numerosas atitudes tradicionais de modo a abrir sua mentalidade para a ciência e a indústria (Groethuysen, 1927, xi, xii). Protestantes e judeus, ao contrário, conservaram intacto seu espírito religioso ao longo do século XIX. Para um protestante ou um judeu, fazer uma companhia prosperar era algo assim como um dever moral, enquanto para os agnósticos era apenas um direito relacionado à propriedade. Aqui a diferença era menos entre catolicismo e protestantismo ou judaísmo do que entre descrença e fé.

OS PROTESTOS DAS ELITES INTELLECTUAIS E ARTÍSTICAS

Depois que a Revolução aboliu os privilégios da aristocracia, a riqueza e a condição social dos empreendedores colocaram-nos na primeira linha da sociedade francesa. Os mais bem-sucedidos desses empreendedores conseguiram acumular em pouco tempo mais riquezas que os maiores proprietários de terras. A partir de 1830, banqueiros e industriais como Jacques Lafitte e Casimir Périer, no governo de Luís Filipe, e Jean Dolfus, no de Napoleão III, desempenharam papel importante no governo. Mas, ao afastar a aristocracia, a Revolução Francesa inventou duas novas elites rivais: de um lado, a dos artistas e intelectuais (escritores, pintores, músicos); de outro, a dos empreendedores. A primeira desprezava a segunda, da qual dizia que era surda às paixões, cega para a arte e insensível à miséria de sua força de trabalho (Heinrich, 2006).

Progressivamente, por volta do fim do século XIX, com a persistência do desenvolvimento industrial, as posições de alguns escritores se radicalizaram. Émile Zola nos deixou um quadro sinistro da indústria de grande porte e das minas de carvão. A influência dos escritores sobre a opinião pública era sobretudo importante na França. Ela obstaculizou, numa proporção impossível de determinar, a atuação dos empreendedores.

Condições locais favoráveis ao empreendedorismo

RÁPIDO CRESCIMENTO INDUSTRIAL NO NORTE E NO LESTE DA FRANÇA

O norte da França, a Alsácia, a Lorena, o Franco-Condado e a região de Lyon presenciaram um vigoroso crescimento da produção industrial no século XIX e também a continuidade de poderosas dinastias empresariais. Os dois fenômenos são correlatos: como a indústria se beneficiou da existência de uma classe média comprometida com a aventura tecnológica e industrial, foi capaz de resistir a sucessivas crises. A capacidade dos empregadores regionais de passar suas empresas de uma geração à seguinte foi uma das faces ocultas do desempenho econômico da França.

O empreendedorismo não reside apenas na criação de novas empresas. Implica também desenvolver uma empresa recebida em herança, e manter e empregar com eficiência a fortuna da família. Dinastias de empreendedores que chegaram a quatro gerações ou mais não estão distribuídas por acaso pelo mapa da França. São encontradas apenas em lugares muito especiais. Assim, as principais dinastias do norte e do leste da França estiveram na origem de empresas de fama mundial. Famílias como Motte, Danel, Schlumberger, Dollfus-Mieg, de Dietrich, Peugeot e de Wendel surgiram num punhado surpreendentemente limitado de localidades: Lille, Roubaix e Tourcoing, no norte; Guebwiller, Mulhouse e Estrasburgo, na Alsácia; Montbéliard, no Franco-Condado; e Lyon. A maior parte dessas empresas no Segundo Império pertencia a famílias que mantiveram a atividade industrial ao longo de pelo menos quatro gerações sucessivas (Stoskopf, 1994, 32), em contraste com a Normandia. A antiga dinastia industrial alsaciana dos de Dietrich administrou a empresa da família desde 1685 e está hoje na décima geração de empreendedores. A família Koechlin tem 13 empreendedores de sexta ou sétima geração; a família Schlumberger, dez; a Dollfus, dois (Hau e Stoskopf, 2005, 525-45).

No que se refere à religião, observa-se que o empreendedorismo se desenvolveu em especial em grupos minoritários tardiamente integrados à sociedade francesa: protestantes e judeus. Famílias como a Hottinger, Mallet, Verns e Odier eram protestantes da Suíça, muitas vezes de origem huguenote. Judeus de origem renana, como as famílias Worms e Rothschild, estavam entre as mais importantes do país. A partir do fim do século XVIII, elas formavam a *haute banque*, desempenhando papel essencial no desenvolvimento das ferrovias e da indústria de grande escala. Essa contribuição “externa” confirma o papel inibidor do poder oficial e da centralização política, já observado no aspecto geográfico.

A TRADIÇÃO DE AUTONOMIA URBANA NAS PROVÍNCIAS RECENTEMENTE INTEGRADAS

O mapa dos centros industriais mais dinâmicos da França mostra que o empreendedorismo era mais ativo nas províncias do norte e do leste, ou seja, em comunidades que mais tarde passaram a integrar a nação. Antes, elas não pertenciam a um grande Estado centralizado e preservaram por mais tempo do que qualquer outro lugar a tradição medieval da autonomia urbana.

O norte da França, que fora anexado ao Ducado da Borgonha no fim da Idade Média, fazia parte da área renana, onde as inovações tecnológicas da Europa mais se desenvolveram. Os industriais saíram, basicamente, do patriciado dessas cidades. Esses territórios foram anexados à França por Luís XIV: Artois, em 1659, e Lille, em 1668. As “capitulações” autorizadas pelo rei tornaram possível que as cidades da região mantivessem alguma autonomia. No fim do século XVIII, trabalhava-se na metalurgia e na fiação de algodão em grandes indústrias na região.

O mesmo se aplica ao leste do país. As dinastias de empregadores da Alsácia e do Franco-Condado tiveram início como linhagens de notáveis municipais, em alguns casos dois séculos antes do surgimento de companhias industriais. Estrasburgo, cidade livre do império, tinha negociado sua anexação ao Reino da França em 1681, mantendo sua liberdade religiosa, institucional e linguística. A Lorena foi anexada apenas em 1766. Mulhouse, uma pequena república aliada aos cantões suíços, esperou até 1798 para se incorporar à República Francesa. Montbéliard, principado anexado a Wurtemberg, integrou-se à França com o tratado de Lunéville de 1801. Como todos os núcleos populacionais renanos, esses lugares nunca tinham se beneficiado da proteção de um grande Estado centralizado e estavam habituados a contar acima de tudo consigo mesmos.

ESTRUTURAS FAMILIARES INFLUENCIADAS PELO MODELO DA FAMÍLIA-TRONCO

Como já vimos, existia uma oposição muito clara entre o comportamento do homem de negócios normando, por um lado, e o do norte e do leste da França, por outro. No começo do século XIX, a Normandia era a principal área industrial da França. Mas os industriais normandos não eram muito propensos a permanecer na indústria. Suas empresas mudavam de mãos e as fortunas feitas na indústria eram mais tarde investidas na compra de terra e imóveis. A escassez de dinastias industriais da Normandia pode estar relacionada ao predomínio de estruturas familiares mais frouxas, características da família nuclear. A maior parte dos filhos se sentia menos ligada a obrigações em relação aos pais e ao patrimônio familiar.

Em contraposição, a principal força dos industriais do norte e do leste residia na coesão e na extensão dos laços de família. Emmanuel Todd classifica o norte e o leste da França entre as áreas de “famílias-tronco” (1990, 62). Esse tipo de família valoriza a autoridade paterna, que persiste mesmo depois que os filhos se tornam adultos. A consequência disso foi o sucesso das empresas, também chamadas “casas”, ao longo de diversas gerações. Havia uma identificação clara entre família e empresa. Isso quase sempre assumia a forma de uma sociedade que reunia certo número de acionistas ligados por laços familiares muito próximos: pai e filho, irmãos, sogro e genro, e assim por diante. A transformação dessas firmas em companhias limitadas só ocorreu a partir de 1870, quando e se houvesse verbas disponíveis; ou, na Alsácia, para permitir aos herdeiros que não queriam assumir a nacionalidade alemã a revenda de sua parte aos parentes que ali permaneciam. Mas durante muito tempo a mudança para a responsabilidade limitada permaneceu sendo uma questão formal que mascarava o controle familiar ininterrupto, às vezes durante décadas. Essas famílias eram quase sempre grandes: em 30% dos

casos, no norte, a casa dos empreendedores tinha seis ou mais filhos (Barbier, 1989, 14). As grandes famílias teciam entre si muitas ligações matrimoniais que possibilitavam limitar a dilapidação das fortunas e a decadência da qualificação. As companhias que permaneciam em mãos de famílias menos prolíficas tinham de encontrar colaboradores externos, que podiam deixar muito a desejar sobretudo em questões ligadas a lealdade e remuneração.

A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NO DESEMPENHO ECONÔMICO

Na Normandia, muitos empreendedores experimentaram um debilitamento de sua fé católica ao chegar o fim do século XVIII. Essa mudança foi quase sempre acompanhada da flexibilização de normas de conduta agora sentidas como desnecessariamente restritivas. Apenas um décimo dos empreendedores normandos se envolvia em atividades religiosas (Barjot, 1991, 234). Compare-se com o norte, que permanecia sob a influência de um rigoroso catolicismo (Barbier, 1989, 6; Darnton, 1983, 195), e com o leste, leal ao protestantismo e ao judaísmo.

Os homens de negócios do norte eram conservadores em termos políticos, até mesmo reacionários, e pouco interessados em estudos científicos: a influência do catolicismo trabalhava contra o Iluminismo. As figuras mais destacadas financiavam obras de caridade católicas e alguns de seus filhos entravam para o clero. O caso do banqueiro Auguste Scalbert é emblemático: dois de seus seis filhos entraram para a vida religiosa e três para o banco (Barbier, 1989, 30; Hirsch, 1991). E mais: o catolicismo do norte era muito diferente do que se praticava no resto da França. No século XVIII, as cidades de Roubaix e Tourcoing foram fortemente influenciadas pelo jansenismo, uma crença que enfatiza mais a ética e o comportamento individual do que as práticas sacramentais (Delsalle, 1987, 149-56). O mesmo se pode dizer a respeito das famílias católicas de comerciantes de seda de Lyon: a família Berliet pertencia à Petite Église (Pequena Igreja), que não aceitou o acordo entre o papa e Napoleão (Angleraud e Pellissier, 2003, 161). A força desses empreendedores estava em sua ética de trabalho e poupança.

Na Alsácia e no Franco-Condado, as maiores e mais duradouras dinastias foram de protestantes (Schlumberger, Koechlin, Dollfus, Peugeot) ou judeus (Dreyfus, Bloch, Blin). Essa minoria de empreendedores criou sólidas firmas de fiação de lã e algodão e dominou a estamperia de todo tipo de tecido. Criou também uma indústria para a produção de máquinas. Na Alsácia, nem o protestantismo nem o judaísmo tiveram problemas com o pensamento racionalista. A Reforma, que questionava a autoridade da tradição, estimulou uma atitude mais receptiva aos progressos da ciência. Daí as inclinações científicas dos burgueses de Mulhouse. As famílias Koechlin e Dollfus descendiam do matemático Johann Bernouilli, e suas dinastias continuariam se unindo pelo casamento com famílias de cientistas, como os Curies e os Friedels. Alguns desses empreendedores eram vistos como cientistas de primeira linha, como, por exemplo, Daniel Dollfus-Ausset e seu primo Daniel Koechlin (Mieg, 1948, 32; Hau, 1987, 476-80; Hau e Stoskopf, 2005, 479-92). Os industriais de Mulhouse fundaram, em 1826, a Société Industrielle de Mulhouse, que promovia o progresso tecnológico na Alsácia por meio de confe-

rências e publicações. A ciência também seduziu alguns dos metalúrgicos protestantes. Assim, Philippe-Frédéric de Dietrich era conhecido no fim do século XVII por seus trabalhos sobre mineralogia e metalurgia.

O mesmo se poderia afirmar sobre os empreendedores judeus. O judaísmo sempre insistiu na obrigação que tem cada fiel de estudar as sagradas escrituras e a Lei, o que implica o trabalho de ler e memorizar. Isso produziu uma comunidade atenta e respeitosa para com a ciência. Esse paralelismo de atitudes entre judeus e protestantes deve muito à estima recíproca entre as duas confissões, sobretudo em Mulhouse.

Como se poderia esperar, os valores que Max Weber descreve como favoráveis ao desenvolvimento do capitalismo, especialmente trabalho e poupança, foram os mais caros aos empresários do leste da França (Weber, 1905). Entre os empreendedores alsacianos, o trabalho era visto como virtude absoluta; a riqueza não eximia ninguém do dever de trabalhar. Muitos homens de negócios alsacianos permaneceram à testa de suas firmas até a morte; ou se aposentavam para dedicar-se à pesquisa. O mesmo valia para a vida frugal. Dessa forma, a Normandia era muito mais corruptível pelos valores parisienses do que a Alsácia (Chaline, 1988, 200). Os habitantes de Mulhouse guardam a lembrança da legislação que regulava os gastos voluptuários, vigente na cidade até sua absorção pela França. A frugalidade, por sua vez, estimulou a acumulação de consideráveis recursos financeiros (Hau, 1987, 348-54).

DISCÍPULOS DE SAINT-SIMON E A FÉ NO PROGRESSO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

No âmbito nacional, um grupo influente integrado pelos discípulos do conde de Saint-Simon (morto em 1825) promoveu o empreendedorismo e a industrialização. O conde tinha uma fé inabalável na ciência. Acreditava que o desenvolvimento econômico eliminaria a pobreza e que o mundo do futuro seria governado por cientistas e engenheiros. O melhor meio de se chegar a isso seria transferindo a riqueza da aristocracia improdutiva para a classe produtiva, a dos industriais. Suas ideias foram muito populares entre os alunos das escolas de engenharia da França e entre os banqueiros parisienses. Seus discípulos, engenheiros como Paulin Talabot e homens de negócios como os irmãos Émile e Isaac Pereire, promoviam, sem cessar, suas ideias em artigos publicados nos jornais. Enquanto alguns economistas destacavam a necessidade de preservar o sistema manufatureiro para manter a vantagem competitiva da França em artigos de luxo, os saint-simonianos afirmavam que a prosperidade da França no longo prazo dependia de acompanhar a Grã-Bretanha na mecanização da produção industrial.

Grandes companhias ferroviárias, bancárias e comerciais posteriores a 1850

Durante o período 1850-1875, a França realizou nos transportes e nos bancos uma dupla revolução que possibilitou o pleno amadurecimento do capitalismo financeiro e mercantil e o florescimento do capitalismo industrial.

As ferrovias eram um negócio de empresas privadas, porque o governo francês não assumiu a responsabilidade de construir ferrovias, como fez com estradas e canais. Em 1844, o industrial alsaciano Nicolas Koechlin empregou toda a sua fortuna na construção de uma linha férrea entre Estrasburgo e Basileia. Uma empresa controlada por James de Rothschild construiu, em 1846, a linha de Paris a Lille. Alguns banqueiros parisienses (a *haute banque*) uniram-se a jovens empreendedores para fundar outras empresas ferroviárias. Na década de 1840, apenas 12% das cotas oferecidas tinham sido realmente subscritas: o governo recusou-se a garantir um retorno mínimo por seus títulos. Em janeiro de 1848, a França tinha apenas 1.860km de linhas férreas contra 5.900km da Grã-Bretanha. Mas depois da eleição de Luís Napoleão Bonaparte para presidente da Segunda República, o governo reconsiderou a base legal para a construção de ferrovias. A prorrogação das concessões para 99 anos daria mais tempo para a recuperação do investimento, e o Estado francês agora passara a garantir juros para os títulos das ferrovias. Em menos de vinte anos, a França construiu uma malha ferroviária de primeira. Com um capital de 400 milhões de francos, a companhia Paris-Lyon-Marseille (PLM), dirigida por Paulin Talabot, tornou-se a maior empresa da França.

A partir de 1850, um grupo de banqueiros saint-simonianos fundou um novo tipo de banco de investimento como sociedade anônima que revolucionou o cenário financeiro da França (Stoskopf, 2002, 44-48). Os saint-simonianos tinham chegado à conclusão de que o meio mais eficaz de mobilizar capital era estabelecer sociedades anônimas de responsabilidade limitada que pudessem emitir cotas ou títulos em partes tão pequenas que pudessem atrair a poupança da classe média. Com o código comercial francês, vigente desde 1808, uma companhia desse tipo teria de requerer a aprovação do Conseil d'État. Mas Luís Napoleão privilegiou essas empresas e em 1867 sua criação tinha se tornado totalmente livre.

O passo decisivo para a transformação do sistema bancário foi a fundação do Crédit Mobilier, em 1852. Esse banco, dirigido pelos irmãos Émile e Isaac Pereire (da comunidade judaica de Bordéus), mobilizou um volume sem precedentes de capital para criar uma quantidade de subsidiárias na França: ferrovias (entre elas a PLM), linhas de vapor, companhias de seguros, firmas de engenharia e construção, empresas industriais e assim por diante. Isso levou também à criação de numerosos outros bancos como sociedades anônimas. Promoveu-se assim a industrialização não apenas da França, mas de toda a Europa continental. Na crise de 1866-1867, os irmãos Pereire sofreram pesadas perdas e foram obrigados a reduzir muito sua companhia.

Nesse meio-tempo, porém, outros bancos de sociedade anônima tinham conquistado a aprovação oficial: o primeiro deles foi o Comptoir d'Escompte de Paris, fundado em 1848 como companhia mista e transformado em 1854 numa sociedade anônima convencional especializada em comércio marítimo (Bonin, 1991). O segundo, o Crédit Industriel et Commercial, foi criado em 1859 para financiar o movimento diário de compra e venda por meio do desconto de letras de câmbio e títulos de garantia de depósito de mercadorias. Esse banco depois passou a financiar o comércio marítimo, em especial com a Ásia, o que levou à fundação do Banque d'Indochine (Meleau, 1990) em 1875, em colaboração com o Comptoir d'Escompte. Um terceiro

banco, destinado a ser ainda mais importante que os outros, foi o Crédit Lyonnais, o único a surgir fora de Paris, fundado por comerciantes de sedas e banqueiros de Lyon e Genebra. Sua filial parisiense em pouco tempo ofuscou os bancos locais e, em 1882, o Crédit Lyonnais tornou-se o banco dos bancos. O quarto banco, a Société Générale, foi fundado em 1864. Uma vez em operação, foi além do banco de investimento e tornou-se um banco de depósitos, liderando uma vasta rede de sucursais em Paris e em todo o país. Por fim, surgiu o Banque de Paris et des Pays-Bas, fundado em 1887 pela fusão de duas firmas parisienses. Esse banco não era dirigido para o grande público, mas a uma seleta clientela de banqueiros de investimentos, levando-os do capitalismo familiar para a era corporativa. Foi na verdade o primeiro *banque d'affaires* (banco de investimento) da França.

Em 1860, o governo francês, a conselho do industrial alsaciano Jean Dollfus, entendeu que a França estava fortalecida o bastante para assinar um tratado de livre-comércio com a Grã-Bretanha. Essa foi a principal mudança depois de várias gerações de protecionismo. O tratado foi seguido de outros, celebrados com países europeus vizinhos. A França era o segundo exportador mundial de manufaturas, logo depois da Grã-Bretanha. A maior parte das exportações se compunha de tecidos de seda e lã e os chamados *articles de Paris*: joias, perfumes, moda, mobília e outros artigos suntuários.

O patronato da segunda industrialização (1870-1940)

Desaceleração econômica, 1870-1880

A indústria francesa sofreu muito com a grande depressão do fim do século XIX, o que abriu caminho para a catástrofe que se abateu sobre as pequenas empresas que empregavam as técnicas tradicionais. Algumas dessas firmas ainda usavam métodos que remontavam à época da protoindustrialização. A Normandia e a Picardia declinaram rapidamente (Cailly, 1993; Barjot, 1991; Chaline, 1982; Leménoel, 1988; Armengaud, 1960; Terrier, 1996; Johnson, 1995). Além disso, até a década de 1890, o governo financiava importantes despesas militares, cobrindo o déficit orçamentário com empréstimos que desviavam a poupança da atividade produtiva. Os bancos parisienses constituídos como sociedades anônimas operavam cada vez mais no exterior (no leste da Europa, nos países do Mediterrâneo, na América do Sul etc.) e parecia que estavam perdendo o interesse nas empresas da França. Ainda assim, segundo Maurice Lévy-Leboyer (1997a), os recursos investidos no exterior foram, no longo prazo, menores do que os lucros que trouxeram. O fator mais importante desse período é a concentração dos trabalhadores na agricultura (cerca de 40% da força de trabalho do país, até a Primeira Guerra Mundial, e mais de um terço antes da Segunda Guerra Mundial). Esse contingente era constituído apenas em parte de imigrantes. Mesmo assim, a modernização do capitalismo francês prosseguiu.

Modernização do capitalismo francês

A partir de 1890, o Estado passou a emitir menos títulos, abrindo espaço para o investimento produtivo. Com exceção dos anos de guerra, o período de 1890

a 1930 foi de rápido crescimento para o capitalismo francês. Cada vez mais os bancos financiavam empreendimentos industriais (Bussière, 1995). O fato de os bancos parisienses constituídos como sociedades anônimas não apoiarem a indústria nacional foi compensado por uma nova geração de bancos regionais e de investimentos.¹ Mas o crescimento industrial encontrou novos obstáculos: um movimento trabalhista mais forte e combativo, e a crítica cada vez maior dos intelectuais.

O CRESCIMENTO DE GRANDES EMPRESAS INDUSTRIAIS

O empreendedorismo era dinâmico em poucas regiões. Na Lorena e no norte, a indústria do ferro estava crescendo com rapidez. No Franco-Condado, a atividade industrial se deslocou para a produção de relógios e automóveis (Daumas, 2004a; Olivier, 2004; Lamard, 1988, 1996). Nos arredores de Paris encontramos uma diversidade de fábricas de automóveis, produtos químicos, engenharia elétrica. O mesmo se diga de Lyon: automóveis, produtos químicos, fotografia. Cidades portuárias como Marselha (Raveux, 1998; Chastagnaret e Mioche, 1998), Le Havre e Nantes (Pétré-Grenouilleau, 2003) processavam matérias-primas.

Assim, no fim do século XIX, formaram-se na França diversas grandes empresas que dominariam a economia nacional e projetariam a influência do país no mundo inteiro. Muitas dessas empresas foram fundadas depois de 1890, sobretudo em indústrias novas, como a automobilística, a de engenharia elétrica e a indústria química. No que se refere a automóveis, temos a Berliet, em Lyon; a Peugeot, perto de Montbéliard; a Citroën e a Renault, em Paris (Fridenson, 1998; Schweitzer, 1992; Fridenson, 2001; Moine, 1989; Baudant, 1980). Essas formas tinham seu próprio capital e bom crédito bancário. Além disso, contavam com ávidos consumidores. Foi uma ótima ideia usar essa invenção na França, que tinha estradas de boa qualidade e permitia que se rodasse com rapidez. Em fevereiro de 1899, os irmãos Marcel e Fernand Renault fundaram sua empresa automobilística. Em 1905, receberam uma encomenda de 250 táxis, que foi o começo da produção em massa. Em 1919, a empresa se reorganizou segundo o modelo americano e reduziu ao mínimo as subempregadas. E em 1937, os irmãos inauguraram uma grande fábrica em Bologne-Billancourt, subúrbio de Paris (Fridenson, 1998; Loubet, 1990, 1999, 2001; Gueslin, 1993). Os carros franceses tornaram-se tão populares no estrangeiro quanto no país: até 1929, a França foi o maior exportador de carros do mundo. Foi líder em outros ramos industriais também. Em 1895, em Lyon, os irmãos Auguste e Louis Lumière inventaram o cinematógrafo. Para produzir e explorar essa invenção, participaram da fundação da empresa cinematográfica Pathé, que fazia filmes para o público em geral. Em 1904, fundaram sua primeira sucursal estrangeira, a Lumière North America. Outras grandes empresas eram a Air Liquide (Jemain, 2002), a Fougereolle e a Eiffel (engenharia civil) (Barjot, 1989, 1992, 1993, 2003), a Gillet (seda artificial), o Bon Marché e outras grandes lojas de varejo. Gustave Eiffel e Maurice Koechlin concluíram sua torre em Paris a tempo de comemorar o primeiro centenário da Revolução. O preço comparativamente alto do carvão na França estimulou o desenvolvimento

de tecnologias de hidreletricidade. A Pechiney tornou-se uma importante firma de eletrometalurgia (Barjot, Morsel e Coeuré, 2001; Vuillermot, 2001; Joly et al., 2002; Le Roux, 1998; Torres, 1992; Smith, 2001).

Embora o capitalismo francês estivesse lançando raízes na Europa, na África e na Ásia (Bonin, 1987), as empresas francesas ainda eram menores que as americanas, britânicas e alemãs. A maior das empresas francesas, a Saint-Gobain (vidro e produtos químicos) equivalia a um vigésimo da U.S. Steel. A Schneider, que produzia armamentos, equivalia a um quinto da Krupp; a Thompson-Houston, a um sexto da Siemens (Verley, 1994, 194).

Os grandes empreendimentos franceses exigiam cada vez mais engenheiros e administradores qualificados para dirigi-los (Meuleau, 1995). Depois da Primeira Guerra Mundial, mais da metade dos administradores das grandes empresas eram formados em escolas de engenharia (Lévy-Leboyer, 1979, 152; Thépot, 1985; Belhoste, 1995). O alto nível das novas técnicas e a colaboração entre o governo e o setor privado durante a guerra acelerou essa tendência na década de 1920.

CRESCIMENTO E ESPECIALIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO

O setor financeiro proporcionava uma quantidade cada vez maior de serviços para sua clientela em expansão. Antes da Primeira Guerra Mundial, o Crédit Lyonnais se tornou o maior banco da Europa (Cassis, 1997, 240-47). Os bancos de Paris constituídos em sociedades anônimas operavam cada vez mais fora do país. Financiavam governos estrangeiros e atendiam aos negócios franceses no exterior. Eram os bancos mais fortes da Europa, do Mediterrâneo e da América do Sul. Mas eram frágeis no maior mercado do mundo, que era também o que mais se expandia: os Estados Unidos. Uma crítica que há muito se faz aos bancos é que, desde 1873, eles privaram de recursos a economia interna, investindo dinheiro em empréstimos externos improdutivos. Mas hoje em dia os historiadores estão mais propensos a entender essa atitude como uma resposta ao declínio da demanda interna por parte de ferrovias e outras obras públicas, mostrando que entre 1873 e 1914 os rendimentos obtidos nos investimentos no estrangeiro superaram por ampla margem o montante total desses investimentos (Lévy-Leboyer, 1977b). Além disso, o fato de os bancos de Paris não darem apoio à indústria nacional a partir de 1870 foi compensado por uma nova geração de bancos de investimento, como o Banque Suisse et Française (que mais tarde tornou-se Crédit Commercial de France) e por bancos regionais (Lescure e Plessis, 2004).

MODERNIZAÇÃO DO SETOR COMERCIAL

O comércio atacadista modificou-se com a ascensão de comerciantes especializados em certas mercadorias e matérias-primas industriais e com a atuação de intermediários na venda de produtos industriais. Paris e as grandes cidades das províncias assistiram à instalação de lojas de departamentos e cadeias de lojas. A mais famosa delas era a Bon Marché, fundada em 1872 por Aristide Boucicaut e instalada no maior edifício comercial do mundo. Cortavam-se custos ligando

diretamente compradores a produtores. Em alguns casos (confeccões), os *grands magasins* tornaram-se seus próprios fabricantes e fornecedores.

Novos obstáculos ao empreendedorismo na França a partir de 1870

A NOVA LIDERANÇA POLÍTICA REPUBLICANA

Durante o Segundo Império, a alta burguesia foi muito ativa do ponto de vista político e alguns empreendedores ocuparam assentos no Parlamento. Na Terceira República, representantes das profissões liberais e dos funcionários públicos ocuparam o lugar daqueles. Ignorando as necessidades impostas pela concorrência internacional e temerosos da industrialização rápida, eles levaram o eleitorado francês a temer os grandes empreendimentos. O *parti radical*, que se tornou o partido político dominante no começo do século XX, fez da proteção e da conservação dos pequenos produtores sua plataforma. Tornou-se uma força do conservadorismo econômico, mas ao mesmo tempo promoveu a criação de muitas pequenas empresas. Antes da Primeira Guerra Mundial, a França, nação de pequenos agricultores, tinha milhões dessas minúsculas unidades industriais, muitas delas de empreendedores solitários. Em 1906, 71% das fábricas do setor artesanal e industrial eram empresas individuais, que empregavam 21% da força de trabalho. O sistema nacional continuou dominante em setores como o das confeccões. Em 1935, o governo francês amparou as pequenas lojas desestimulando a criação de supermercados. Dessa forma, a França permaneceu como uma nação de pequenos produtores independentes – talvez não muito eficiente, mas socialmente igualitária.

UM ANTICAPITALISMO DIREITISTA: ANTISSEMITISMO

As grandes famílias de industriais se ressentiam da existência de elementos reacionários na sociedade francesa. Os grandes empregadores eram em geral membros de minorias religiosas, protestantes ou judeus. Suas tentativas de entrar para a elite social, como o corpo de oficiais do Exército, encontrava resistência e hostilidade. Essa foi a origem do vergonhoso caso Dreyfus, no qual um oficial francês de uma família judaica de empreendedores foi injustamente acusado e condenado por espionagem em favor da Alemanha. Os franceses tinham dificuldade para entender o enriquecimento rápido das famílias judias e protestantes, da mesma forma que tinham dificuldade para entender a rápida ascensão do poder alemão ou dos países anglo-saxônicos. Os reacionários franceses não demoravam a atribuir a perda de poder e de posição de seu país aos supostos defeitos do governo republicano. O antissemitismo dava força a essa atitude, lançando a culpa sobre os judeus.

ANARQUISMO E MARXISMO

O sindicalismo francês foi criado na década de 1880 por revolucionários, muitos deles de convicções anarquistas. Julgavam eles que os litígios trabalhistas deve-

riam ter como objetivo não pequenas melhorias, mas sim grandes confrontos com a burguesia. Essa atitude radicalizou bastante as relações trabalhistas. Nas áreas em que os trabalhadores moravam – zonas portuárias, bacias de mineração e arrabaldes de cidades – as relações trabalhistas azedaram. As greves e a violência chegaram ao auge em 1906, mas as greves de 1936 foram mais prejudiciais para os empregadores porque os trabalhadores ocuparam as fábricas e as usinas, e o governo (o Front Populaire) nada fez contra tais ocupações.

O anticapitalismo da esquerda também se espalhou para círculos intelectuais. A partir da década de 1890, os professores da École Normale Supérieure, formadores da opinião das elites intelectuais francesas, criaram um clima de hostilidade aos homens de negócios, sobretudo contra os mais ricos deles, que a esquerda chamava de *les 200 familles*, e acusou-os de sabotarem a moeda francesa como forma de desacreditar o governo esquerdista.

Um recuo para o mercado interno

A segunda industrialização da França se deu num contexto social e economicamente difícil. O crescimento ficou mais lento a partir de 1860, devido à queda da taxa de natalidade, à exiguidade do mercado interno e ao inflado setor agrícola improdutivo. Depois da Primeira Guerra Mundial, a produção em massa sofreu as consequências de uma demanda insuficiente. O padrão de vida equivalia à metade do americano, e 70% da população vivia em pequenas cidades e vilas com menos de 20 mil habitantes (Lévy-Leboyer, 1996, 18).

A partir de 1871, a indústria ressentiu-se também da perda da Alsácia e de seus negociantes empreendedores. Alguns deles recriaram suas empresas industriais em Vosges ou na Normandia, mas a maioria foi perdida para a Alemanha. Alguns partiram para outros países – Koechlin para a Suíça e Schlumberger para a França e os Estados Unidos. Contudo, a derrota de 1871 desviou muitos dos bravos filhos dessas famílias para a carreira militar. Com a perda dos alsacianos, os membros mais conservadores do *patronat* francês recuperaram sua influência. Os tratados de livre-comércio da década de 1860 passaram a ser questionados por associações patronais (Lambert-Dansette, 2000, 136). O espírito protecionista estava de volta. Mas as grandes empresas resistiram, abertas para um mundo maior. A principal desvantagem para os industriais exportadores era o protecionismo agrícola. A preocupação com os viticultores bloqueava acordos industriais com países do leste e do sul da Europa, deixando o caminho livre para os exportadores alemães (Poidevin, 1995).

A idade de ouro do dirigismo (1940-1983)

Bases do neocolbertismo francês

A partir da década de 1930, o investimento industrial francês despencou. As condições que favoreciam a “modernização” reduziram-se bastante. Enquanto isso, as novas ditaduras na Alemanha nazista, na Itália fascista e na Rússia soviética trombeteavam progressos reais ou imaginários. Supostos modernizadores france-

ses denunciavam a real ou suposta prática do capitalismo familiar, pedindo uma aliança entre os grandes negócios e o Estado e até mesmo o planejamento econômico. A derrota de 1940 deu a esses modernizadores o acesso ao poder. Muitos deles serviram ao governo de Vichy e só mais tarde uniram-se à Resistência (se é que o fizeram), de modo que o regime da Libération representou em muitos aspectos a continuidade de ações e programas começados pelo governo de Vichy.

O regime da Libération resultou do compromisso entre as duas grandes forças da Resistência: gaullistas e comunistas. Estes depuseram as armas em troca de um amplo programa de nacionalização das grandes empresas e de controle dos maiores sindicatos do setor público. Este, por sua vez, dominava áreas como a pesquisa científica, educação, mineração de carvão, imprensa, geração de eletricidade, transportes ferroviários, portos marítimos e serviços postais e telefônicos.

Os setores de carvão, eletricidade, gás, energia nuclear, petróleo, ferrovias e aeronáutica, a maioria dos bancos de Paris e as fábricas Renault foram nacionalizados. Isso agradou aos “modernizadores”, convencidos de que só o Estado podia promover modernização (Andrieu e Van-Lemesle, 1987; Kuisel, 1984; Picard, Beltran e Bungener, 1985; Jeanneney, 1959; Desjardins et al., 2002). No comando das empresas nacionalizadas, o governo pôs graduados pelas escolas de engenharia, novas elites jovens que aspiravam ao progresso social.

Um plano quadrienal (a partir de 1966, planos quinquenais) possibilitou que os homens de negócios da França buscassem seus objetivos de desenvolvimento. E depois do quinto plano quinquenal (1966-1970), a crescente importância do comércio internacional libertou as empresas francesas da dependência de planos, cujos objetivos visavam sobretudo a atender à demanda interna.

Pressões sobre as empresas privadas

A partir de 1945, os impostos subiram muito para as empresas privadas, que em grande medida pagaram o preço da nova previdência social: salário-família, seguro de acidentes, planos de saúde e aposentadoria, contribuições para transporte e moradia; desde 1958, seguro-desemprego e, desde 1971, contribuição para a capacitação dos empregados.

O governo dispunha agora de uma ampla variedade de instrumentos financeiros para intervenção na economia. O controle de preços foi instituído a partir de 1939, com oportunidade de diálogo entre os representantes dos industriais e da administração pública. Adotou-se também o controle do crédito, com a nacionalização do Banque de France, dos quatro grandes bancos de depósitos e das principais companhias de seguros. O Estado controlava também outras instituições financeiras: a Caisse des Dépôts et Consignations, que administrava as contas dos cartórios e os bancos de poupança (Aglan, Margairaz e Verheyde, 2003); o Crédit National (criado em 1919, na reconstrução); o Crédit Foncier de France e o Crédit Agricole. Por fim, em 1948, o Estado criou o Fonds de Modernisation et d'Équipement para gerenciar a ajuda do Plano Marshall. Esse fundo foi complementado depois de 1955 com o Fonds de Développement Économique et Social, financiado pelo Estado. Dessa forma, o Ministério das Finanças, centro da elite administrativa francesa,

foi capaz de conduzir a maior parte do investimento do país (Quennouëlle-Corre, 2000). Ferrovias, usinas de eletricidade e minas de carvão receberam equipamentos de última geração. Os trens franceses ficaram entre os mais rápidos do mundo, e as usinas da Électricité de France, entre as mais produtivas.

Em compensação, as instituições financeiras privadas estavam fragilizadas. O controle de preços dificultava seus negócios e, em contraste com a década de 1920, a bolsa de valores pouco pôde fazer. As empresas francesas mal podiam recorrer à emissão de novas ações ou títulos por causa da depreciação monetária e da concorrência dos empréstimos governamentais. Só lhes restou o financiamento dos bancos. A partir de 1945, a preferência foi pelos empréstimos de médio prazo (cinco anos). As companhias francesas estavam financeiramente débeis.

As nacionalizações socialistas de 1981 canalizaram mais capital para as mãos do governo. O Estado empregava de 6% a 19% da força de trabalho e controlava 90% dos depósitos bancários. Controlava ainda treze das vinte maiores empresas do país. Aumentou o capital dessas empresas e subsidiou as que estavam em dificuldades: a Bull, a Rhône-Poulenc, a Thomson, a Pechiney e outras. Em seu momento de pico, em 1985, a participação do governo no capital das empresas francesas era de 10%.

Empreendedorismo francês, 1940-1983

A classe patronal francesa não temia a descolonização (Marseille, 2004; Eck, 2003; Fridenson, 1994). Mas estava preocupada com a redução das tarifas de importação e a supressão das cotas de importação, que os punha em aberto confronto com a indústria alemã, que pagava encargos sociais e impostos menores. Assim, em 1960, boa parte dos empregadores franceses, sobretudo os que comandavam pequenas empresas, se opôs à redução do protecionismo. Em 1959, o general De Gaulle desagradou a muita gente, quando, cumprindo compromissos internacionais, instituiu a livre convertibilidade da moeda, pôs fim às cotas de importação e reduziu as tarifas alfandegárias.

Os grandes negócios continuavam ligados ao Estado, onde encontrava seus principais executivos (alguns milhares de pessoas) (Bauer e Bertin-Mouro, 1997) recrutados das melhores escolas de engenharia.² Essa era a classe governante francesa. Conheceu a derrota em 1940 e adotava o ponto de vista do historiador Marc Bloch: “Quem foi derrotada foi nossa querida aldeia” (Bloch, 1995, 182; Daumard, 1987, 380). A França não estava bastante industrializada para enfrentar o Exército alemão. Era hora de se unir a outros países adiantados para recuperar o tempo perdido. Georges Pompidou, primeiro-ministro de 1962 a 1968 e presidente da República de 1969 a 1974, depois Valéry Giscard d'Estaing, presidente de 1974 a 1981, faziam parte desse mundo meritocrático ambicioso, já que eram produto da mesma meritocracia: Pompidou vinha da École Normale Supérieure e Giscard d'Estaing da Polytechnique (Fridenson, 1997, 219). Nenhum deles via razão para retardar o crescimento econômico. Num renascimento do espírito saint-simoniano, Pierre Massé, *commissaire au Plan* (chefe da Comissão de Planejamento), antecipou, otimista: “O padrão médio de vida pode duplicar

em vinte anos e talvez mais depressa se nossa excelência em tecnologia e economia continuar a crescer” (Massé, 1965, 89).

Durante a Segunda Guerra Mundial, a tecnologia industrial francesa sofreu um grave atraso. A partir de 1948, engenheiros e empreendedores franceses fizeram viagens organizadas de cinco semanas aos Estados Unidos para aprender novas técnicas de produção e gestão (Barjot, 2002). Na década de 1950, organizaram-se 267 missões de produtividade, com cerca de 2.600 participantes. A partir de 1960, o fluxo contínuo de investimento americano incluiu a transferência de procedimentos técnicos e econômicos para a França.

Sem dúvida, os anos do governo Pompidou experimentaram o mais brilhante desempenho econômico da história da França. Entre 1962, quando a França se livrou do fardo representado pela guerra da Argélia, e 1974, quando entrou em sua primeira crise do petróleo, o produto interno bruto cresceu numa média anual de 5,2%. Muita gente trocou a agricultura pela indústria: na década de 1970, a força de trabalho do setor agrícola caiu para 10% do total. Os engenheiros, confiantes, faziam planos, certos de que o Estado os ajudaria a levá-los à prática. O Estado e as elites tinham projetos grandiosos. As gerações formadas pouco antes da guerra ou durante a ocupação alemã reagiam contra a visão tacanha de seus predecessores. Assim, em 1969, a França assistiu ao lançamento da Airbus, ao primeiro voo do supersônico Concorde anglo-francês e ao surgimento dos dois primeiros vagões experimentais do TGV, o trem de alta velocidade (Lachaume, 1986). Em 1971, na cidade bretã de Perros-Guirec, entrou em funcionamento a primeira estação telefônica toda digitalizada. E em 1973 estreou a Ariane, primeiro lançamento espacial europeu.

No mesmo ano, um acordo entre países europeus levou à criação de uma usina de enriquecimento de urânio, na França, para reatores nucleares. Seguiu-se a construção de usinas de energia nuclear, o que levou a França a obter três quartos de sua energia elétrica dessa fonte – mais que qualquer outro país. A empresa francesa Framatome (mais tarde rebatizada Areva) tornou-se rival da Westinghouse no mercado internacional. Foi a resposta da França à crise do petróleo (Beltran, 1985).

A política de criação dos “campeões nacionais”

Enquanto isso, o governo francês incentivava as fusões para formação de empresas maiores, os “campeões nacionais”, em tamanho, da Europa continental. O objetivo era defender as empresas da França da penetração estrangeira, e o resultado foi a formação de diversos conglomerados. No setor petrolífero, a fusão de diversas firmas estatais levou à criação da Elf. No sistema financeiro, a fusão do Banque Nationale pour le Commerce et l’Industrie e o Comptoir d’Escompte de Paris deu origem ao Banque Nationale de Paris; ao mesmo tempo, os bancos parisienses assumiram o controle da maior parte dos bancos regionais. No setor químico, o Office National de l’Azote juntou-se ao Potasses d’Alsace para formar a Enterprise Minière et Chimique. Da mesma forma, no começo de 1968, uma vintena de pequenas companhias de seguros criou três grandes grupos de dimensões continentais. A indústria do ferro e do aço em pouco tempo convergiu para

duas unidades: a Sacilor, no leste, e a Usinor no norte. No setor elétrico, tinha-se a Cie. Générale d’Électricité; nas telecomunicações, a Alcatel; no setor eletrônico, a Thomson; na indústria aeronáutica, a Aérospatiale (Fridenson, 2006b). Mas esses campeões nacionais se fundamentavam sobretudo no tamanho. Davam menos atenção à escolha competitiva de investimentos.

Enquanto isso, as inovações organizacionais e regulatórias (o surgimento do *leasing*, a criação de um mercado de hipotecas, a supressão do controle cambial) ajudavam o sistema financeiro da França a recuperar o tempo perdido. O inovador da vez era Michel Debré, ministro das Finanças entre 1966 e 1968. Quando a França aboliu a distinção entre bancos de investimento e bancos comerciais, o setor financeiro ficou em vantagem em relação a seus vizinhos, exceto o Reino Unido. Mesmo assim o mercado financeiro continuou engessado: grande parte dele se apoiava na emissão de títulos – algo como 70% em 1970. Durante todo esse período, o mercado financeiro gerou apenas 10% das finanças empresariais.

Esse modelo de desenvolvimento controlado pelo Estado funcionou bem até 1974. Naquele ano, a produção por homem-hora era mais elevada na França do que na República Federal da Alemanha ou na Grã-Bretanha. Não surpreende que as elites francesas se aferrassem a essa ordem de coisas (Maddison, 2006, 353). Além disso, elas gostavam do poder e do status que o controle do Estado lhes proporcionava.

QUADRO 11.1

Média anual de criação de empresas

	Sociedades gerais	Sociedades de responsabilidade limitada	Sociedades limitadas
1929-1938	1.314	6.223	1.917
1945-1954	1.551	17.576	923
1955-1964	1.087	8.231	3.726

Fonte: Caron 1981, 215.

A ascensão do capitalismo independente do Estado

Tudo isso quer dizer que não havia capitalismo autônomo naqueles anos? Não. Um setor privado emergia na produção e comercialização de bens de consumo. Assim, com apoio bancário, temos um novo agronegócio no setor agrícola e de alimentos (Bonin, 2005). O grupo Danone foi criado pela empresa Gervais e depois adquirido pelo grupo vidreiro Boussois-Souchon-Neuvsel. Novos grupos desse tipo seriam fundados na área da construção e obras públicas, produtos químicos e artigos de beleza. Exemplo disso é a L’Oréal, que começou produzindo sabonetes perfumados. A Moulinex e a SEB especializaram-se com sucesso em pequenos artefatos elétricos para uso doméstico (Seb, 2003; Gaston-Breton e Defever-Kapferer, 1999; Pernod-Ricard, 1999). No setor automobilístico, a Peugeot comprou a Citroën para formar o grupo PSA. Todas essas empresas recorriam de modo intensivo à publicidade. Seu desempenho põe em dúvida a avaliação negativa das pequenas e médias empresas francesas.

No comércio varejista, a legislação restritiva que protegia as pequenas lojas foi sendo progressivamente anulada a partir de 1959. Nasceram grandes supermercados, como o Leclerc e o Carrefour. Este último inventou o maior tipo de organização comercial: o hipermercado.

Com esses novos gigantes do comércio, chegou um novo declínio das sociedades gerais e aumentou o recurso à sociedade de responsabilidade limitada. A vitalidade desse capitalismo ficou patente na explosão das pequenas empresas nos anos 1945-1954 e boom das companhias limitadas a partir de 1955.

De volta ao liberalismo (de 1983 à atualidade)

O recuo do Estado

A partir de 1981, o governo socialista de François Mitterrand interveio na economia mais do que nunca. Nacionalizou os últimos bancos privados independentes e a maior parte das grandes empresas industriais. Mas as empresas estatizadas não davam lucro e exigiam apoio estatal cada vez maior (Cohen, 1989). As dívidas das ferrovias nacionais (SNCF) e do sistema de distribuição de eletricidade (Électricité de France) continuavam aumentando, apesar dos subsídios públicos. Essas empresas estatizadas criavam poucos empregos e sua administração cometia muitos erros. O pior caso foi o do Crédit Lyonnais, que perdeu uma fortuna e teve de pagar uma multa gigantesca de US\$1 bilhão por infringir regulamentos americanos. Tudo isso anunciou a morte da política industrial socialista.

A virada ocorreu em março de 1983, com os socialistas ainda no poder. Diante do déficit em aumento e de uma queda catastrófica do valor do franco, o governo abandonou o intervencionismo econômico ativo. As consequências disso foram graduais, mas a economia francesa agora estava equiparada às economias liberais da Europa ocidental. Em 1984, os circuitos financeiros foram interrompidos e os salários deixaram de ser indexados aos preços. A proporção do valor agregado dos produtos que ia para os salários, depois de chegar ao pico de 68% em 1983, caiu rapidamente para menos de 60%. Em 1984, o grupo metalúrgico Creusot-Loire sofreu pesadas perdas. Era o maior grupo francês na produção de aço e máquinas, com 23 mil trabalhadores. Depois de muito hesitar, o governo decidiu retirar seu apoio e o grupo foi à falência.

As eleições de 1986 reconduziram a direita ao poder. Os novos governantes optaram pela liberdade total de preços e privatizaram treze grandes empresas financeiras e industriais que tinham sido estatizadas em 1945. A montadora Renault foi privatizada em 1994. O setor financeiro público ficou limitado à Caisse des Dépôts et Consignations, ainda poderosa, e ao Serviço Postal. Com o advento do euro, em janeiro de 1999, a França ingressou nos circuitos financeiros da Europa.

Com tudo isso, o Estado ainda tentou criar dois grupos empresariais: um deles reunia firmas como o Banque Nationale de Paris, Elf, Saint-Gobain, Pechiney, Suez e a Union de Assurances de Paris; e o outro, Assurances Générales de France, Alcatel, Havas, Paribas, Rhône-Poulenc, Société Générale e Total. Mas esse sistema baseado em participações cruzadas imobilizava grandes verbas e levou à descapitalização dessas firmas, impedindo novas fusões e o crescimento.

O colapso ocorreu em meados da década de 1990. Mais uma vez, os acionistas debandaram.

Entraram em cena investidores estrangeiros. No fim de 1999, pouco mais da metade do capital das maiores empresas francesas pertencia a estrangeiros (Morin e Rigamonti, 2002). A privatização seleta que tinha como objetivo proteger as empresas francesas do controle estrangeiro teve o efeito inverso: enfraqueceu sua capitalização e deixou-as expostas. Hoje em dia, a França é um dos países mais abertos ao capital externo. De 30% a 50% de firmas como o Banque Nationale de Paris, a Société Générale, a Alcatel, a Axa e a Vivendi estavam em mãos de estrangeiros em 2005. Em 2006, o governo francês não teve como impedir que o empresário anglo-indiano Mittal assumisse o controle da Arcelor, a maior metalúrgica da Europa, formada pela fusão de empresas da França, Luxemburgo e Espanha.

Vitória dos mercados financeiros

Ajudados pela situação econômica internacional, os preços das ações na França quadruplicaram entre 1981 e 1987. Outra alta ocorreu na década de 1990. A bolsa de valores, que respondia por apenas 27% do financiamento das empresas na década de 1980, passou a responder por 80% dele em 1997. A França não estava preparada para essa revolução. A poupança, que representava 15% do PIB, era direcionada pelo Estado para o pagamento da dívida. Isso deixou o caminho livre para investidores institucionais estrangeiros. Enquanto isso, os investidores institucionais franceses, como as companhias de seguros, preferiam os empréstimos do governo.

Graças à maior liberdade econômica, as empresas francesas puderam reduzir sua dívida, reforçar seu capital e tomar o caminho do autofinanciamento. As grandes firmas se adaptaram com facilidade e começaram a atuar nos mercados mundiais. Os empresários franceses podiam se movimentar livremente, globalizar-se e fundar subsidiárias mundo afora. Em 2005, quarenta multinacionais francesas estavam entre as quinhentas maiores do mundo. Entre as líderes figuravam: LVMH (artigos de luxo), L'Oréal (cosméticos), Danone (laticínios), Vinci (engenharia civil), Vivendi (filmes, música, publicações), Veolia (tratamento de águas), Air France, Areva (nuclear) Air Liquide (gases industriais) e Essilor (lentes). A França saiu-se bem nas áreas de publicações, processamento de dados (Marseille e Eveno, 2002; Gaston-Breton, 1997), hotelaria (Luc, 1997), artigos suntuários (Bergeron, 1998; Marseille, 1999; Ferrière, 1995; Dalle, 2001; Dubois, 1988), engenharia energética, transportes (Barjot, 1992, 1993, 2003) e distribuição em grande escala (Villermet, 1991; Chadeau, 1995; Petit, Grislain e Le Blan, 1985). Os fundos de investimento americanos e britânicos deram o exemplo e as empresas francesas reagiram com rapidez aos indicadores do mercado no campo das finanças. Surgia um novo tipo de empreendedor, de qualquer lugar do mundo, aberto para o mundo. Exemplo disso foi Carlos Ghosn, diretor-executivo da Renault. De origem libanesa e nascido no Brasil, estudou na Polytechnique em Paris e comandou com êxito a fusão da Renault com a Nissan em 1999. Em 2005 tornou-se presidente da nova empresa.

O enorme poder dos diretores-executivos, característica do modelo francês, agora estava livre de pressões do governo e sujeito à influência cada vez maior dos acionistas. A lógica financeira a curto prazo substituiu a lógica industrial a longo prazo (Trumbull, 2004; Fridenson, 2006a).

A permanência do capitalismo familiar

O risco de greves e a carga de obrigações sociais (como a semana de 35 horas, o emaranhado das leis trabalhistas, os impostos corporativos, as contribuições sociais) continuam a desestimular a criação de empresas na França, país onde a abertura de empresas é tida como a mais difícil da Europa. É por isso que muitos franceses vivem e trabalham fora do país. Em Londres, por exemplo, moram 200 mil franceses ou mais.

Nos últimos anos, as dificuldades burocráticas vêm diminuindo bastante. As formalidades foram reorganizadas e os gastos com a previdência social, reduzidos. As empresas francesas adotaram o modelo anglo-saxônico, e a participação privada aumentou. Em 2003, 7,2 milhões de franceses eram donos de ações (um de cada quatro domicílios), número maior que o de trabalhadores sindicalizados. O oeste da França (Bretanha, a Vendée, Mayenne) está vivendo um renascimento econômico, em grande parte com a contribuição de pequenas e médias empresas (Lescure, 2002).

Conclusão

A França herdou duas tradições: por um lado, a de uma economia controlada, dirigida por um Estado monárquico ou, mais tarde, por uma ideologia socialista; por outro, a do capitalismo de mercado particularmente forte em algumas regiões (norte e leste) e entre grupos religiosos (protestantes e judeus) mais tarde integrados à sociedade em geral.

O poder político e administrativo do Estado fortemente centralizado nunca foi capaz de impedir que um grupo considerável de empreendedores inovadores promovesse a industrialização e o progresso técnico na França. As instituições estatais implantadas pela monarquia no fim do século XVIII ou pela Revolução ajudaram a divulgação das invenções entre os industriais franceses. Mas as iniciativas vieram acima de tudo dos empreendedores. O norte e o leste da França, assim como Paris, foram as regiões em que os empreendedores foram mais inovadores. É como se as tradições de autogoverno urbano e independência em relação ao Estado centralizado tivessem estimulado o empreendedorismo.

O papel dos empreendedores inovadores foi essencial no processo de industrialização. Muitos dos inventores eram também industriais que aperfeiçoavam cada uma das inovações, possibilitando seu uso pelo consumidor final. Os construtores franceses de locomotivas, por exemplo, produziam máquinas que consumiam menos carvão do que as britânicas, adaptando os modelos à realidade de um país em que o carvão era caro. Outro exemplo é o dos irmãos Lumière: inventaram o cinematógrafo e participaram da fundação da empresa que produzia filmes para o público em geral.

Depois da Revolução, no começo do século XIX, os empreendedores passaram a integrar o mais alto nível na sociedade francesa. A fortuna dos empreendedores mais ricos superou em pouco tempo a dos maiores proprietários de terras e, a partir de 1830, eles se tornaram influentes nos mais altos escalões do Estado. Mas sua ascensão social foi criticada por outras elites, como a velha aristocracia, e as novas elites intelectuais e artísticas. O próprio processo de industrialização foi condenado por parte da opinião pública. Até a Segunda Guerra Mundial, muitos deputados do Parlamento francês eram reticentes quanto ao desenvolvimento industrial em grande escala e ao crescimento de vastas concentrações de trabalhadores. Os entraves à difusão do empreendedorismo na França foram interpostos acima de tudo por extremistas de direita ou de esquerda. Durante o século XIX, uma parte das elites preferiu fazer carreira no serviço público ou no Exército, e não na iniciativa privada. Cada vez mais, porém, as coisas começaram a mudar. No século XX, servidores públicos de alto nível e empreendedores, pertencentes à mesma meritocracia e originários das mesmas escolas de engenharia, se fundiram numa única classe governante. Essa tendência se acelerou depois da Segunda Guerra Mundial: o Estado desempenhou um papel importante na promoção de novas tecnologias, ao financiar grandes empreendimentos em energia e transportes.

Entre 1940 e meados da década de 1980, as elites políticas e administrativas preferiram o modelo de uma economia controlada pelo Estado e tentaram implantar grandes estatais. Essa tendência fortaleceu-se durante os primeiros anos de governo socialista na presidência de François Mitterrand, de 1981 a 1983. Depois disso, o governo decidiu abandonar a política intervencionista e voltou aos poucos às regras liberais.

Hoje em dia, ao que parece, o empreendedorismo francês está entrando numa nova era: os empreendedores conquistaram muito poder. Em vinte anos, o país passou do capitalismo de Estado ao capitalismo de mercado. A herança dos “campeões nacionais” do pós-guerra vê as multinacionais francesas funcionando como as estrangeiras. Novas empresas surgiram e estão crescendo. Sua missão principal é crescer rápido o bastante para não continuarem pequenas.

Notas

¹ Banque de l'Union Parisienne, Banque Suisse et Française (mais tarde rebatizado como Crédit Commercial de France), Banque Internationale de Paris (mais tarde rebatizado como Banque Française pour le Commerce et l'Industrie) etc.

² Jean Meynaud calcula esse número em 5 mil ou 6 mil (1964, 165).

Referências

- Aerts, Erik; Crouzet, François (orgs.). 1990. *Economic Effects of the French Revolutionary and Napoleonic Wars: Proceedings of the Tenth International Economic History Congress*. Louvain: Leuven University Press.
- Alya, Aglan; Margairaz, Michel; Verheyde, Philippe (orgs.). 2003. *La Caisse des Dépôts et Consignations: la Seconde Guerre Mondiale et le XX^e siècle*. Paris: Albin Michel.
- Albert, Michel. 1991. *Capitalisme contre capitalisme*. Paris: Le Seuil.

- Amable, Bruno. 2005. *Les Cinq Capitalismes: diversité des systèmes économiques et sociaux dans la mondialisation*. Paris: Le Seuil.
- Andrieu, Claire; Le Van-Lemesle Lucette (orgs.). 1987. *Les Nationalisations de la Libération: de l'utopie au compromis*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- Angleraud, Bernadette; Péliissier, Catherine. 2003. *Les Dynasties lyonnaises*. Paris: Perrin.
- Armengaud, André. 1960. "A propos des origines du sous-développement industriel dans le Sud-Ouest". *Annales du Midi* 1:75-81.
- Asselain, Jean-Charles. 1984. *Histoire économique de la France du XVIII^e siècle à nos jours*. 2 vols. Paris: Le Seuil.
- Barbier, Frédéric (org.). 1989. *Le Patronat du Nord sous le Second Empire: une approche prosopographique*. Genebra: Droz-Champion.
- Barjot, Dominique. 1989. *La Grande Entreprise française de travaux publics, 1883-1974*. Lille: A.N.R.T, Université de Lille III.
- _____. (org.). 1991. *Les Patrons du Second Empire: Anjou, Normandie, Maine*. Paris: Picard.
- _____. 1992. *Fougerolle. Deux siècles de savoir-faire*. Caen: Editions du Lys.
- _____. 1993. *Travaux publics de France: un siècle d'entrepreneurs et d'entreprises*. Paris: Presses de l'École des Ponts-et-Chaussées.
- _____. (org.) 2002. *L'Americanisation de l'Europe occidentale au XX^e siècle: mythe et réalité*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne.
- _____. 2003. *La Trace des bâtisseurs: histoire du groupe Vinci*. Vinci: Rueil-Malmaison.
- Barjot, Dominique; Anceau, Eric; Lescent-Gilles, Isabelle; Marnot, Bruno (orgs.) 2003. *Les Entrepreneurs du Second Empire*. Paris: Presses de l'Université de Paris - Sorbonne.
- Barjot, Dominique; Morsel, Henri; Coeuré, Sophie. 2001. *Les Compagnies électriques et leurs patrons: stratégies, gestion, management, 1895-1945*. Paris: Fondation Electricité de France.
- Baudant, Alain. 1980. *Pont-à-Mousson (1918-1939): Stratégies industrielles d'une dynastie lorraine*. Paris: Publications de la Sorbonne.
- Bauer, Michel; Bertin-Mourot, Bénédicte. 1987. *Les 200: comment devient-on un grand patron?* Paris: Seuil.
- _____. 1997. *L'ENA est-elle une business school?* Paris: L'Harmattan.
- Belhoste, Bruno (org.). 1995. *La France des X, deux siècles d'histoire*. Paris: Economica.
- Beltran, Alain. 1985. *Histoire de l'EDF: comment se sont prises les décisions de 1946 à nos jours*. Paris: Dunod.
- Beltran, Alain; Daviet, Jean-Pierre; Ruffat, Michèle. 1995. *L'Histoire d'entreprise en France: essai bibliographique*. Paris: Institut d'Histoire du Temps Présent.
- Bergeron, Louis. 1998. *Les Industries du luxe en France*. Paris: Odile Jacob.
- Bloch, Marc. 1995. *L'Étrange Défaite*. Paris: Folio Histoire.
- Bonin, Hubert. 1985. "La Révolution a-t-elle brisé l'esprit d'entreprise?" *L'Information Historique* 5:193-204.
- _____. 1987a. *CFAO (Compagnie Française de l'Afrique Occidentale): cent ans de compétition (1887-1987)*. Paris: Economica.
- _____. 1987b. *Suez: du canal à la finance (1858-1987)*. Paris: Economica.
- _____. 1991. "Le Comptoir d'Escompte de Paris: une banque impériale, 1848-1940". *Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer*, 78:477-97.
- _____. 1992. *Une grande entreprise bancaire: le Comptoir National d'Escompte de Paris dans l'entre-deux-guerres*. Paris: Comité pour l'histoire économique et financière de la France.
- _____. 1995. *Les Groupes financiers français*. Paris: Presses universitaires de France.
- _____. 1999. *Les Patrons du Second Empire: Bordeaux et la Gironde*. Paris: Picard.
- _____. 2001. *La Banque de l'Union Parisienne: histoire de la deuxième banque d'affaires française (1874/1904-1974)*. Paris: P.L.A.G.E.
- _____. 2005. *Les Coopératives laitières du grand Sud-Ouest (1893-2005)*. Paris: P.L.A.G.E.
- Breton, Yves; Broder, Albert; Lutfalla, Michel (orgs.) 1997. *La Longue Stagnation en France: l'autre grande dépression, 1873-1897*. Paris: Economica.
- Bussièrre, Eric. 1992. *Paribas, l'Europe et le monde, 1872-1992*. Anvers: Fonds Mercator.
- _____. 1995. "Paribas and the Rationalization of the French Electricity Industry, 1900-1930". In: *Management and Business in Britain and France: The Age of the Corporate Economy*. Youssef Cassis, François Crouzet e Terry Gourvish (orgs.), 204-13. Oxford: Clarendon Press.
- Butel, Paul. 1991. *Les Dynasties bordelaises, de Colbert à Chaban*. Paris: Perrin.
- Cailly, Claude. 1993. *Mutations d'un espace proto-industriel: Le Perche aux XVIII^e-XIX^e siècles*. Lille: A.N.R.T, Université de Lille III.
- Cameron, Rondo. 1971. "L'Esprit d'entreprise". In: *La France et le développement économique de l'Europe, 1800-1914*. Paris: Le Seuil.
- Carlier, Claude. 1992. *Marcel Dassault: la légende du siècle*. Paris: Perrin.
- _____. 2003. *Matra, la volonté d'entreprendre: de Matra à EADS*. Paris: Editions du Chêne-Hachette.
- Caron, François. 1981. *Histoire économique de la France XIX^e-XX^e siècles*. Paris: Armand Colin.
- _____. (org.) 1983. *Entreprises et entrepreneurs XIX^e-XX^e siècles*. Paris: Presses de l'Université Paris-Sorbonne.
- _____. 1995. *Histoire économique de la France, XIX^e-XX^e siècles*. 2^e ed. Paris: Armand Colin.
- Carter, Edward C. (org.) 1976. *Enterprise and Entrepreneurs in Nineteenth and Twentieth Century France*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- Cassis, Youssef. 1997. *Big Business: The European Experience in the Twentieth Century*. Oxford: Oxford University Press.
- Cassis, Youssef; Crouzet, François; Gourvish, Terry (orgs.) 1995. *Management and Business in Britain and France: The Age of the Corporate Economy*. Oxford: Clarendon Press.
- Caty, Roland; Richard, Eliane; Echinard, Pierre. 1999. *Les Patrons du Second Empire: Marseille*. Paris: Picard.
- Cayez, Pierre. 1988. *Rhône-Poulenc, 1895-1975: contribution à l'étude d'un groupe industriel*. Paris: Armand Colin-Masson.
- Cazes, Bernard; Mioche, Philippe. 1990. *Modernisation ou décadence: contribution à l'histoire du Plan Monnet et de la planification en France*. Aix-Marselha: Publications de l'Université de Provence.
- Chadeau, Emmanuel. 1987. *L'Industrie aéronautique en France, 1900-1950*. Paris: Fayard.
- _____. *L'Économie du risque*. 1988. *Les Entrepreneurs de 1850 à 1980*. Paris: Olivier Orban.
- _____. 1995. "Mass Retailing: A Last Chance for the Family Firm in France, 1945-1990?" In: *Management and Business in Britain and France: The Age of the Corporate Economy*. Youssef Cassis, François Crouzet e Terry Gourvish (orgs.), 52-71. Oxford: Clarendon Press.
- Chaline, Jean-Pierre. 1982. *Les Bourgeois de Rouen: une élite urbaine au XIX^e siècle*. Paris: Presses de la FNSP.
- _____. 1988. "Idéologie et mode de vie du monde patronal haut-normand sous le Second Empire". *Annales de Normandie*, maio-julho.
- Chassagne, Serge. 1991. *Le Coton et ses patrons en France, 1760-1840*. Paris: EHESS.
- Chastagnaret, Gérard; Mioche, Philippe (orgs.) 1998. *Histoire industrielle de la Provence*. Aix-Marselha: Publications de l'Université de Provence.
- Cohen, Elie. 1989. *L'État brancardier. Politiques du déclin industriel (1974-1984)*. Paris: Calmann-Lévy.

- Cohen, Elie, Bauer, Michel. 1985. *Les Grandes Manoeuvres industrielles*. Paris: Belfond.
- Crouzet, François. 1959. "Les Origines du sous-développement économique du Sud-Ouest". *Annales du Midi*, 1:1-79.
- _____. 1989. "Les Conséquences économiques de la Révolution française: réflexions sur un débat". In: "Révolution de 1789, guerres et croissance économique". Jean-Charles Asselain (org.). *Revue Économique*, 40:1189-1203.
- Dalle, François. 2001. *L'Aventure L'Oréal*. Paris: Odile Jacob.
- Darnton, Robert. 1983. *Bohème littéraire et Révolution: le monde des livres au XVIII^e siècle*. Paris: Gallimard.
- Daumard, Adeline. 1987. *Les Bourgeois et la bourgeoisie en France depuis 1815*. Paris: Aubier.
- Daumas, Jean-Claude (org.). 2004a. *Les Systèmes productifs dans l'Arc jurassien: acteurs, pratiques et territoires (XIX^e-XX^e siècles)*. Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté.
- _____. 2004b. *Les Territoires de la laine: Histoire de l'industrie lainière en France au XIX^e siècle*. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion.
- Daviet, Jean-Pierre. 1989. *Une multinationale à la française: histoire de Saint-Gobain, 1665-1989*. Paris: Fayard.
- Delsalle, Paul. 1987. *Tourcoing sous l'Ancien Régime*. Lille: Impr. du Siècle.
- Desjardins, Bernard; Lescure, Michel; Nougaret, Roger; Plessis, Alain; Straus. 2002. *Le Crédit Lyonnais, 1863-1986: Études historiques*. Genebra: Droz.
- Dubois, Paul. 1988. *L'Industrie de l'habillement: l'innovation face à la crise*. Paris: La Documentation Française.
- Eck, Jean-François. 2003. *Les Entreprises françaises face à l'Allemagne de 1945 à la fin des années 1960*. Paris: Comité pour l'histoire économique et financière de la France.
- Ferrière, Marc de. 1995. *Christofle: Deux siècles d'aventure industrielle, 1793-1993*. Paris: Le Monde Editions.
- Fridenson, Patrick. 1994. "Les Patronats allemands et français au XX^e siècle: Essai de comparaison". In: *Eliten in Deutschland und Frankreich im 19. und 20. Jahrhundert. Strukturen und Beziehungen*. Rainer Hudemann e Georges-Henri Soutou (orgs.), 153-67. Munique: Oldenburg Verlag.
- _____. 1997. "France: The Relatively Slow Development of Big Business in the Twentieth Century". In: *Big Business and the Wealth of Nations*. Alfred D. Chandler Jr., Franco Amatori e Takashi Hikino (orgs.), 207-45. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. 1998. *Histoire des usines Renault: naissance de la grande entreprise 1898-1939*. 2^a ed. Paris: Le Seuil.
- _____. (org.) 2001. *Mémoires industrielles II: Berliet, le camion français est né à Lyon*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme-Syrinx.
- _____. 2006a. "The Main Changes in the Behavior of French Companies in the Past 25 Years". *Bulletin de la Société Franco-Japonaise de Gestion*, maio, 15-25.
- _____. 2006b. "La Multinationalisation des entreprises françaises publiques et privées de 1945 à 1981". In: *L'Économie française dans la compétition internationale au 20^e siècle*. Maurice Lévy-Leboyer (org.), 311-35. Paris: Comité pour l'histoire économique et financière de la France.
- Fridenson, Patrick; Straus, André (orgs.) 1987. *Le Capitalisme français XIX^e et XX^e siècles: blocages et dynamismes d'une croissance*. Paris: Fayard.
- Gaston-Breton, Tristan. 1997. *De Sogeti à Cap Gemini, 1967-1997: 30 ans d'histoire*. Paris: CGS.
- _____. 1998. *Lesieur: une marque dans l'histoire, 1908-1998*. Paris: Perrin.
- Gaston-Breton, Tristan; Defever-Kapferer, Patricia. 1999. *La Magie Moulinex*. Paris: Le Cherche-Midi.
- Gille, Bertrand. 1959. *Recherches sur la formation de la grande entreprise capitaliste, 1815-1848*. Paris: SEVPEN.
- _____. 1968. *La Banque et le crédit en France de 1815 à 1848*. Genebra: Droz.
- Goyer, Michel. 2003. "Corporate Governance, Employees, and the Focus on Core Competencies in France and Germany". In: *Global Markets, Domestic Institutions: Corporate Law and Governance in a New Era of Cross-Border Deals*. Curtis J. Milhaupt (org.), 183-213. Nova York: Columbia University Press.
- _____. 2006. "La Transformation du gouvernement d'entreprise". In: *La France en mutation 1980-2005*. Pepper D. Culpepper, Peter A. Hall e Bruno Palier (orgs.), 71-108. Paris: Presses de Sciences Po.
- Groethuysen, Bernard. 1927. *Les Origines de l'esprit bourgeois en France*. Vol. 1, *L'Église et la bourgeoisie*. Paris.
- Gueslin, André (org.) 1993. *Michelin, les hommes du pneu, 1889-1940*. Paris: Les Éditions de l'Atelier.
- Hall, Peter A. 1986. *Governing the Economy: The Politics of State Intervention in Britain and France*. Oxford: Oxford University Press.
- Hall, Peter A.; Soskice, David. 2001. "An Introduction to Varieties of Capitalism". In: *Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage*. Peter A. Hall e David Soskice (orgs.) Oxford: Oxford University Press.
- Hancké, Bob. 2002. *Large Firms and Institutional Change: Industrial Renewal and Economic Restructuring in France*. Oxford: Oxford University Press.
- Hau, Michel. 1987. *L'Industrialisation de l'Alsace (1803-1939)*. Estrasburgo: Presses Universitaires de Strasbourg.
- Hau, Michel; Stoskopf, Nicolas. 2005. *Les Dynasties alsaciennes*. Paris: Perrin.
- Heinrich, Nathalie. 2006. *L'Élite artiste: excellence et singularité en régime démocratique*. Paris: Gallimard.
- Hirsch, Jean-Pierre. 1991. *Les Deux Rêves du commerce: entreprise et institution dans la région lilloise (1780-1860)*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Holworth, Jolyon; Cerny, Philip (orgs.) 1981. *Elites in France: Origins, Reproduction, and Power*. Londres: Frances Pinter, para a Association for the Study of Modern and Contemporary France.
- Hudemann, Rainer; e Soutou, Georges-Henri (orgs.) 1994. *Eliten in Deutschland und Frankreich im 19. Und 20. Jahrhundert. Strukturen und Beziehungen*. Munique: Oldenburg Verlag.
- Jeanneney, Jean-Marcel. 1959. *Forces et faiblesses de l'économie française*. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- Jemain, Alain. 2002. *Les Conquérants de l'invisible: air liquide, 100 ans d'histoire*. Paris: Fayard.
- Johnson, Christopher. 1995. *The Life and Death of Industrial Languedoc, 1700-1920*. Oxford: Oxford University Press.
- Joly, Hervé Alexandre Giandou; Le Roux, Muriel; Dalmasso, Anne; Cailluet, Ludovic (orgs.) 2002. *Des Barrages, des usines et des hommes: l'industrialisation des Alpes du Nord entre ressources locales et apports extérieurs*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Kuisel, Richard. 1984. *Le Capitalisme et l'État en France: modernisation et dirigisme au XX^e siècle*. Paris: Gallimard.
- Lachaume, P. 1986. "De l'hélice à l'aviation à réaction (moteurs civils)". In: *Colloque de l'aéronautique et de l'espace, quarante années de développement aérospatial français, 1945-1985, 195-202*. Paris: Institut d'Histoire des Conflits Contemporains, Centre d'Histoire de l'Aéronautique et de l'Espace.
- Lambert-Dansette, Jean. 1992. *La Vie des chefs d'entreprise en France (1830-1880)*. Paris: Hachette.

- Lamard, Pierre. 1988. *Histoire d'un capital familial au XIX^e siècle: le capital Japy (1777-1910)*. Belfort: Société Belfortaine d'Émulation.
- _____. 1996. *De la forge à la société holding: Viellard-Migeon et Cie, 1796-1996*. Paris: Polytechnica.
- Lambert-Dansette, Jean. 2000. *Histoire de l'entreprise et des chefs d'entreprise en France*. Vol. 1. Paris: L'Harmattan.
- Landes, David S. 1951. "French Business and the Businessman: A Social and Cultural Analysis". In: *Modern France: Problems of the Third and Fourth Republics*. M. Earle (org.), 334-53. Princeton: Princeton University Press.
- _____. 1967. *The Unbound Prometheus: Technological Change and Industrial Development in Western Europe from 1750 to the Present*. Londres: Cambridge University Press.
- _____. 1999. *The Wealth and Poverty of Nations: Why Some Are So Rich and Some Are So Poor*. Nova York: Norton.
- _____. 2006. *Dynasties, Fortunes, and Misfortunes of the World's Great Family Businesses*. Nova York: Viking.
- Lanthier, Pierre. 1988. "Les Constructions électriques en France: financement et stratégies de six groupes industriels internationaux". Tese, Université de Paris X-Nanterre.
- Le Roux, Muriel. 1998. *L'Entreprise et la recherche: un siècle de recherche industrielle à Péchiney*. Paris: Éditions Rive Droite.
- Leménorel, Alain. 1988. *L'Impossible Révolution industrielle? Économie et sociologie minière en Basse-Normandie*. CAEN: Annales de Normandie.
- Lescure, Michel. 1996. *PME et croissance économique: l'expérience française des années 1920*. Paris: Economica.
- _____. 2002. "Entre ville et campagne: l'organisation bancaire des districts industriels. L'exemple du Choletais (1900-1950)". In: *Villes et districts industriels en Europe occidentale, XVII^e -XX^e siècles*. Jean-François Eck e Michel Lescure (orgs.), 81-102. Tours: Presses de l'Université de Tours.
- Lescure, Michel; Plessis, Alain (orgs.). 2004. *Banques locales et banques régionales en Europe au XX^e siècle*. Paris: Albin Michel.
- Levy, Jonah D. 1999. *Tocqueville's Revenge: State, Society, and Economy in Contemporary France*. Cambridge: Harvard University Press.
- Lévy-Leboyer, Maurice. 1974. "Le Patronat français a-t-il été malthusien?" *Le Mouvement Social* 88 (juilho-setembro): 3-49.
- _____. 1977a. "La Balance des paiements et l'exportation des capitaux français". In: *La Position internationale de la France: aspects économiques et financiers, 19^e-20^e siècles*, org. Maurice Lévy-Leboyer, 71-92. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- _____. (org.) 1977b. *La Position internationale de la France: aspects économiques et financiers, 19^e-20^e siècles*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- _____. 1979. "Le Patronat français 1912-1973". In: *Le Patronat de la seconde industrialisation*. Maurice Lévy-Leboyer (org.), 137-88. Paris: Cahiers du Mouvement Social.
- _____. 1980. "The Large Corporation in Modern France". In: *Managerial Hierarchies: Comparative Perspectives on the Modern Industrial Enterprise*. Alfred D. Chandler Jr. e Herman Daems (orgs.), 117-60. Cambridge: Harvard University Press.
- _____. 1985. "Le Patronat français a-t-il échappé à la loi des trois générations?" *Le Mouvement Social* 132 (juilho-setembro): 3-7.
- _____. 1996. "La Continuité française". In: *Histoire de la France industrielle*. Maurice Lévy-Leboyer (org.), 15-19. Paris: Larousse.
- Lévy-Leboyer, Maurice; Bourguignon, François. 1985. *L'Économie française au XIX^e siècle: analyse macro-économique*. Paris: Economica.
- Lévy-Leboyer, Maurice; Casanova, Jean-Claude. 1991. *Entre l'État et le marché, l'économie française des années 1880 à nos jours*. Paris: Gallimard.
- Loubet, Jean-Louis. 1990. *Automobiles Peugeot: une réussite industrielle, 1945-1974*. Paris: Economica.
- _____. 1999. *Citroën, Peugeot, Renault: histoire de stratégies d'entreprises*. Boulogne: ETAI.
- _____. 2001. *Histoire de l'automobile française*. Paris: Le Seuil.
- Luc, Virginie. 1998. *Impossible n'est pas français: l'histoire inconnue d'Accor, leader mondial de l'hôtellerie*. Paris: Albin Michel.
- Lüthy, Herbert. 1955-1961. *La Banque protestante en France de la révocation de l'Édit de Nantes à la Révolution*. 2 vols. Paris: SEVPEN.
- Maddison, Angus. 2006. *The World Economy: A Millennial Perspective*. Paris: OCDE.
- Marseille, Jacques. 2000. *Créateurs et création d'entreprises de la révolution industrielle à nos jours*. Paris: Association pour le Développement de l'Histoire Économique.
- _____. 2004. *Empire colonial et capitalisme français: histoire d'un divorce*. 1984. Paris: Albin Michel.
- _____. (org.) 1992. *Alcatel-Alsthom. Histoire de la Compagnie Générale d'Électricité*. Paris: Larousse.
- _____. (org.) 1999. *Le Luxe en France du siècle des Lumières à nos jours*. Paris: Association pour le Développement de l'Histoire Économique.
- _____. 2000. *Créateurs et création d'entreprises de la révolution industrielle à nos jours*. Paris: Association pour le Développement de l'Histoire Économique.
- Marseille, Jacques; Eveno, Patrick (orgs.) 2002. *Histoire des industries culturelles en France, XIX^e XX^e siècles*. Paris: Association pour le Développement de l'Histoire Économique.
- Massé, Pierre. 1965. "Allocution inaugurale des Journées d'Études de Lyon, 4/6/1959". In: *Le Plan ou l'anti-hasard*. Paris: Gallimard.
- Mayaud, Jean-Luc. 1991. *Les Patrons du Second Empire: la Franche-Comté*. Paris: Picard.
- Meuleau, Marc. 1990. *Des pionniers en Extrême-Orient: histoire de la Banque de l'Indochine 1875-1975*. Paris: Fayard.
- _____. 1995. "From Inheritors to Managers: The École des Hautes Etudes Commerciales and Business Firms". In: *Management and Business in Britain and France: The Age of the Corporate Economy*. Youssef Cassis, François Crouzet e Terry Gourvish (orgs.), 128-46. Oxford: Clarendon Press.
- Meynaud, Jean. 1964. *La Technocratie, mythe ou réalité?* Paris: Payot.
- Mieg, Philippe. 1948. "L'Apport des Mulhousiens dans les domaines de la Science et de la Technique". *Bulletin de la Société Industrielle de Mulhouse*, 24-26.
- Moine, Jean-Marie. 1989. *Les Barons du fer: les maîtres de forges en Lorraine*. Nancy: Éditions Serpenoise-Presses Universitaires de Nancy.
- Morin, François; Rigamonti, Eric. 2002. "Evolution et structure de l'actionariat en France". *Revue Française de Gestion*, 141:155-81.
- Olivier, Jean-Marc. 2004. *Des clous, des horloges et des lunettes: les campagnards moréziens en industrie (1780-1914)*. Paris: Éditions du CTHS.
- Pernod-Ricard. *D'un siècle à l'autre en 25 marques*. 1999. Paris: Textuel.
- Perrot, Jean-Claude (org.) 1982. *Voies nouvelles pour l'histoire économique de la Révolution. Annales historiques de la Révolution française*, edição especial. Paris.
- Petit, Francis Jacqueline Grislain; Le Blan, Martine. 1985. *Aux fils du temps: La Redoute*. Paris: Robert Laffont.
- Pétre-Grenouilleau, Olivier. 2003. "Un port pour horizon: l'économie nantaise à l'heure de l'ère industrielle". In: *Nantes: histoire et géographie contemporaine*. Nantes: Éditions Palantines.
- Picard, Jean-François; Beltran, Alain; Bungener, Martine. 1985. *Histoire de l'EDF: comment se sont prises les décisions de 1946 à nos jours*. Paris: Bordas.
- Poidevin, Raymond. 1995. *Péripéties franco-allemandes du milieu du XIX^e siècle aux années 1950*. Berna: Peter Lang.